

Economia solidária e patrimônio cultural: uma análise da possibilidade de geração de trabalho e renda na Microrregião de Bananal.

Wiliam Retamiro¹

Edson Trajano Vieira²

Resumo. Este artigo tem o objetivo de debater as possibilidades de uso e aplicação do conceito de Patrimônio Cultural como forma de promover o desenvolvimento econômico regional. A partir de uma pesquisa qualitativa focada na Microrregião de Bananal, localizada na porção paulista do Vale do Paraíba, avalia as contradições do processo desenvolvimentista e tece uma análise de como o fator cultural pode interferir na realidade socioeconômica de um grupo que vive sob o efeito de uma visão imutável da sua realidade, abrindo precedentes para uma perspectiva promissora de mudanças. Associa como a Economia Solidária atua nesta perspectiva, promovendo a inclusão social por meio da geração de trabalho e renda.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Cultura; Economia Solidária; Desenvolvimento Regional; Vale do Paraíba.

***Abstract.** Solidarity and intangible heritage economy: an analysis of the possibility of generating jobs and income in the micro-region of Bananal. This work aims to discuss the possibilities of use and application of the concept of Cultural Heritage in order to promote regional economic development. From a qualitative research focused on the micro-region of Bananal, located in the São Paulo portion of the Paraíba Valley, evaluates the contradictions of the development process and weaves an analysis of how the cultural factor may interfere with the economic reality of a group living under the influence of an immutable view of your reality, setting precedents for a promising outlook changes. Associates as the Solidarity Economy operates this perspective, promoting social inclusion through the generation of jobs and income.*

Keywords: Cultural Heritage; Culture; Social Economy; Regional Development; Vale do Paraíba.

1 Introdução

A questão do Patrimônio Cultural tem sido foco de ações de políticas públicas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, haja vista terem sido colocadas à margem do desenvolvimento econômico nacional e de suas benesses. O fomento ao Patrimônio Cultural

¹Universidade Municipal de Taubaté, wretamiro@yahoo.com.br.

²Universidade Municipal de Taubaté, trajano@unitau.br.

promove o enriquecimento não só cultural, mas também econômico da localidade na qual tenha sido tombado, uma vez que tal ato possibilita ações de exploração sustentável, promovendo áreas da cadeia produtiva, como turismo e gastronomia, entre outras.

Diversas regiões do país gozam deste artifício para promoção do desenvolvimento local e regional, mas há localidades que possuem considerável fator patrimonial, que ainda não foram beneficiados com o seu devido reconhecimento. Dentre estas regiões, encontra-se a Microrregião de Bananal. Localizada na porção paulista do Vale do Paraíba, Bananal fora uma das mais ricas à época da pujança da economia cafeeira, com a existência de fazendas, palacetes, estradas de ferro e outros aspectos de infraestrutura que demonstravam superioridade no tocante à riqueza local. Com a crise do café, porém, a Microrregião de Bananal foi prejudicada pela alternância da economia agroexportadora para a economia industrial promovida pelo Governo Juscelino Kubistchek, visto que os investimentos migraram não só de um modelo para outro, mas também de localidade, de sorte que com a evolução dos municípios de São José dos Campos, Taubaté e adjacentes, a Microrregião de Bananal se tornou um centro de manutenção da história.

Neste contexto, estuda-se a possibilidade de aplicação dos princípios da Economia Solidária (ECOSOL), que por intermédio de uma articulação entre poder público e sociedade, ante a riqueza patrimonial cultural, possa minimizar o impacto negativo do desenvolvimento desigual nos municípios, provocado pelo crescimento econômico sem o planejamento necessário para impedir que regiões outrora exploradas viessem a sucumbir.

2 Economia solidária: contextualização e expansão no Brasil

A ECOSOL se apóia em princípios e valores que foram adotados inicialmente pelos socialistas utópicos e sua evolução acompanhou as vicissitudes do capitalismo, mantendo suas características, as quais tangem a valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza e os valores da cooperação e da solidariedade, do saber e da criatividade. Ela envolve atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, sob a forma de autogestão, visando um equilíbrio entre essas ações e a geração de renda, a fim de se obter equidade, podendo ser caracterizada pelos seguintes pontos³:

³As características foram transcritas na íntegra conforme site da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), pelo endereço eletrônico <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>.

- a. Cooperação: união dos esforços e capacidade desenvolvendo diversos tipos de organização coletiva;
- b. Autogestão: adotam-se as práticas participativas de gestão nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, etc;
- c. Dimensão Econômica: envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais; e
- d. Solidariedade: justa distribuição dos resultados alcançados.

Os primeiros focos de pensamento sobre ECOSOL surgem no início do século XIX na Europa, com grande ênfase na França, sob o comando de Claude Saint-Simon (1760-1825), Charres Fourier (1772-1873), Pierre Proudhon (1908-1865) e Robert Owen (1773-1858) que elaboraram um modelo de sociedade mutualista, cooperativista e solidária⁴. Não obstante, somente com as movimentações ideológicas, culturais, econômicas e sociais que acontecem na Europa e nos Estados Unidos no século XIX é que se observou o aparecimento efetivo de experiências influenciadas pela idéia da valorização do ser humano e do mutualismo por meio de cooperativas e associações de produção de socorro mútuo, criadas por trabalhadores com o intuito de minimizar os efeitos trazidos pelo sistema liberal capitalista.

No Brasil, a ECOSOL parte do quadro das condições socioeconômicas e políticas das décadas de 1980 e 1990. O aumento da economia informal fez com que eladespontasse como um setor próprio de interesse específico, tornando-se uma decisão de ordem teorico-político-ideológica, com o surgimento das experiências auto-gestionárias e solidárias, promovendo a organização de trabalhadores em fóruns, feiras, redes e tantas outras iniciativas. Na verdade, o conceito “economia de solidariedade” aparece pela primeira vez no Brasil em 1993 no livro “Economia de solidariedade e organização popular” que a concebe como sendo:

(...) uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir (...) do conjunto significativo de experiências econômicas (...) que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferentes de outras racionalidades econômicas (GADOTTI, 1993, p. 40).

Reeducar a sociedade para uma nova cultura econômica fez com que a formação de um novo conceito econômico impulsionasse as ações conjuntas, permitindo que o Brasil

⁴Segundo Singer (2000), como não apresentaram uma formulação objetiva de transformação da sociedade, tais pensadores foram chamados por Karl Marx de socialistas utópicos.

implementasse na base popular um novo paradigma socioeconômico, político e cultural fundamentado na solidariedade: a ECOSOL (LECHAT, 2005). Tanto é verdade, que em 2007 a SENAES identificou 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) em 2.274 municípios do Brasil, com maior concentração na região Nordeste, com 44%, como ilustra o gráfico 1.

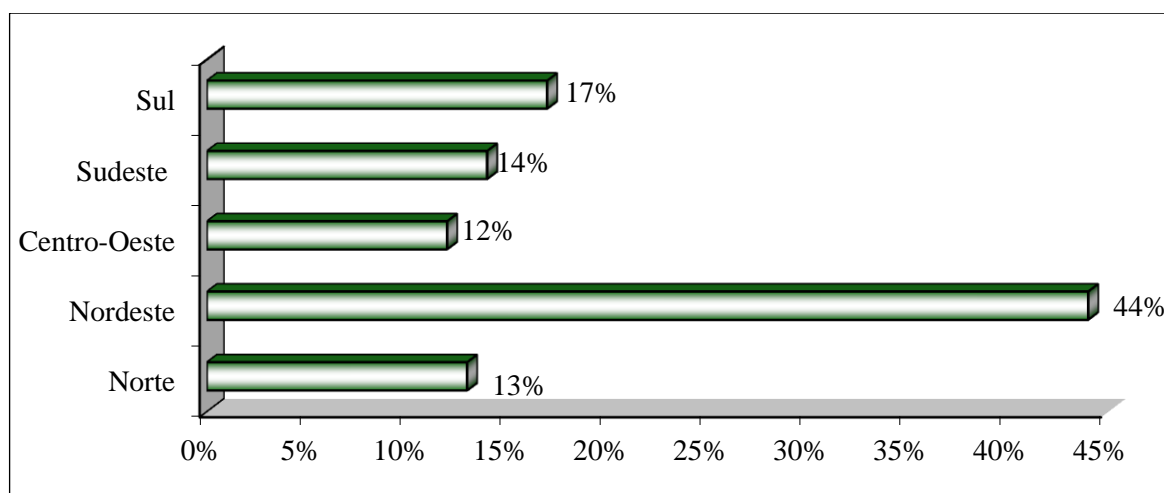


Gráfico 1 - Distribuição dos EES's no Brasil
Fonte: SENAES/MTE (2009).

Diagnosticou-se que em 77,7% dos municípios pesquisados existem EES. Porém apenas 51% possuem um Plano Geral de promoção deste conceito e 5% trabalham para estruturar esta política. Por meio desses dados, verifica-se de que não se trata apenas de iniciativas pontuais, mas o resultado de elaboração política por parte dos governantes. As formas associativas de organização da produção e da distribuição ganham espaço como ação governamental para o desenvolvimento e a geração de trabalho e renda, constituindo-se numa forma alternativa de suprir as demandas sociais, possibilitando a redução das diferenças regionais, vindo a caracterizar a sustentabilidade econômica da cadeia produtiva local.

3 O Vale do Paraíba Paulista: caracterização

O Vale do Paraíba Paulista (VPP) é constituído por 35 municípios divididos em seis microrregiões. A região iniciou sua expansão econômica com maior ênfase, durante o período de exploração da cultura cafeeira, sendo na época um dos principais centros políticos e econômicos do setor (VIEIRA, 2009). Porém, nos anos 1930, a cafeicultura entrara em

decadência, fazendo com que ocorresse a migração populacional da zona rural para a zona urbana, em busca de emprego nas indústrias (RICCI, 2006).

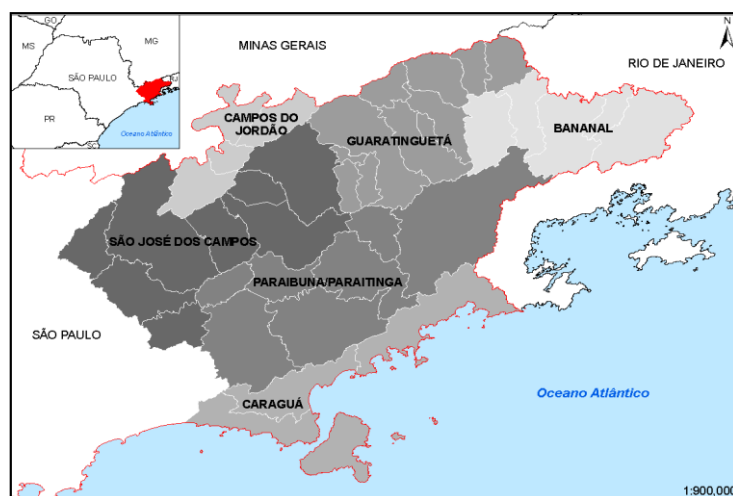


Figura 1 – Mapa das Microrregiões do Vale do Paraíba Paulista
Fonte: Vieira (2009).

O Vale do Paraíba é geograficamente privilegiado, pois está situado entre as duas principais regiões metropolitanas do país – São Paulo e Rio de Janeiro – interligadas pela rodovia Presidente Dutra, inaugurada em 1951, a qual possibilitou que os investimentos na região se elevassem, ocasionando assim, o desenvolvimento regional. No bojo da política nacionalista que inundava o Brasil, a partir da década de 1940, fazendo valer a questão de ser o Estado o principal fomentador do desenvolvimento, principalmente nas questões relacionadas à tecnologia, o VPP foi foco para implementação de uma infraestrutura industrial tecnológica, acompanhada pela formação de mão de obra qualificada. A decisão do governo de implementar na região indústrias de base tecnológica tinha como objetivo ampliar a política de substituições das importações (LUZ, MINARI e SANTOS, 2010).

Tabela 1: Cronologia da instalação das empresas que formaram seus respectivos clusters
Fonte: LUZ; MINARI; SANTOS (2010, p. 72).

Ano	Empresa / Instituição	Setor	Município
1950	Centro Técnico de Aeronáutica (CTA)	Aeroespacial	São José dos Campos
1954	Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA)	Aeroespacial	São José dos Campos
1958	Willys do Brasil	Automobilístico	Taubaté
1959	General Motors	Automobilístico	São José dos Campos
1960	Avibrás Indústria Aeroespacial S/A	Aeroespacial	São José dos Campos
1967	Ford	Automobilístico	Taubaté
1970	EMBRAER	Aeroespacial	São José dos Campos
1973	Volkswagen	Automobilístico	Taubaté

Como ilustra a tabela 1, a formação do cluster automobilístico inicia-se ao final da década de 1950, mais especificamente em 1958, com a instalação da Willys do Brasil na cidade de Taubaté, onde posteriormente instalou-se a Ford, em 1967, e a Volkswagen, em 1973, todas oriundas de empresas transnacionais, cujas primeiras unidades estavam situadas no ABC Paulista. Neste íterim, mais especificamente em 1959, instalou-se na cidade de São José dos Campos a General Motors do Brasil. Mais duas indústrias automobilísticas instalaram-se no Vale do Paraíba, porém, na parte fluminense da região, no município de Resende, sendo uma nova unidade da Volkswagen, em 1996, produtora de ônibus e caminhões, e a Peugeot, em 2002 (ANFAVEA, 2010).

Além da posição geográfica privilegiada, a formação do cluster automobilístico no VPP se deve à necessidade de expansão do espaço físico para atendimento de uma demanda emergente, bem como, a uma forma de se desvincular da pressão sindical existente com maior ênfase no ABC Paulista. Estrategicamente, o cluster automobilístico possibilitou a integração de sistemas que incentivaram o desenvolvimento da capacidade regional de fornecimento de autopeças para o âmbito nacional, agora com a possibilidade de maior desenvolvimento (LUZ; MINARI; SANTOS, 2010).

Todavia, foi na cidade de São José dos Campos que ocorreu o investimento que dependia tão somente da ação do governo, por se tratar de um investimento estratégico e também de alto valor monetário, o *cluster* aeroespacial. Este *cluster* teve sua introdução planejada em 1947, constituído pelos núcleos tecnológicos, tais como o Centro Técnico Aeroespacial (CTA), implementado em 1950, e o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), implementado em 1954, com o objetivo de construir uma estrutura aeroespacial produtiva, destinando-se também à formação de mão de obra qualificada. Porém, foi em 1960 que houve o primeiro investimento privado, com a instalação da Avibrás Indústria Aeroespacial. Com o apoio dos núcleos tecnológicos, deu-se em 1970, a criação da Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), outrora como empresa estatal⁵, onde fora concebido o avião Bandeirante, conferindo a empresa, qualificação para se dedicar à pesquisa, desenvolvimento e fornecedores. A qualificação profissional e de equiparação técnica dos fornecedores possibilitou a expansão e melhoria dos serviços relacionados ao setor.

Não obstante, o crescimento não ocorreu de forma equânime nas cidades do VPP. O desenvolvimento social não acompanhou o crescimento econômico decorrente da industrialização regional, fazendo com que em cidades distantes dos clusters tecnológicos e automobilísticos, as condições de renda e qualidade de vida fossem consideravelmente

⁵A EMBRAER fora privatizada em 1994 (Governo FHC), por R\$ 154,1 milhões – valores atualizados – adquirida pelo grupo Bozano Simonsen e pelos fundos Previ e Sistel. Para maiores detalhes, ver SOUZA (2009).

inferiores. Embora a pujança econômica e tecnológica tenha se instalado, os benefícios provenientes, como geração de emprego e renda, ficaram praticamente limitados à Microrregião de São José dos Campos, composta pelas cidades de São José dos Campos, Caçapava, Igaratá, Jacareí, Pindamonhangaba, Santa Branca, Taubaté e Tremembé. Este fato pode ser constatado quando se analisa o total de vínculos empregatícios do VPP, pois a região no entorno de São José dos Campos possui mais de 129.922 vínculos empregatícios, enquanto a Microrregião de Bananal (Arapeí, Areias, Bananal, São José do Barreiro e Silveiras) possui o menor índice de vínculos empregatícios do Vale (SEADE, 2012).

A Microrregião de Bananal é formada por cidades que eram ricas devido à cafeicultura, produto no qual o Brasil respondia a $\frac{3}{4}$ das exportações mundiais. Porém, houve a decadência do ciclo do café, o que provocou a derrocada econômica destes municípios, associada ao Programa de Substituição das Importações (PSI) do plano desenvolvimentista de Vargas (PIRES, 2010), de tal sorte que Monteiro Lobato referenciou-as assim no livro *Cidades Mortas*: "(...) *cidades moribundas arrastam um viver decrépito. Gasto em chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas de dantes*".

Na extremidade do VPP, distante das cidades em que foram implantados os parques industriais, a Microrregião de Bananal se caracteriza pela atividade agrícola majoritariamente de subsistência, o que faz dela a região com o menor índice de vínculos empregatícios do VPP. Outro aspecto é que 80% de suas cidades integram o *ranking* dos municípios da região com maior percentual de pessoas com renda *per capita* abaixo de R\$37,75 (PNUD, 2000).

Diante disso, a Microrregião de Bananal é considerada como não atraente para o desenvolvimento de projetos de investimento. Tal fato é consolidado pela Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo (FIESP-SEADE, 2010)⁶, na qual não se encontram quaisquer anúncios de investimentos para a região, em contraposição aos 17 projetos de investimentos com um montante de US\$ 1,4 bilhões anunciados para as Regiões de Governo de Taubaté e São José dos Campos.

Tabela 2– Indicadores econômico e demográfico

Fonte: IBGE (2011).

Localidades	Variação do PIB de 1970 a 2000, em %	Variação da população de 1970 a 2000, em %	PIB, per capita em 2000
Microrregião de Bananal	96,09	-9,11	3.494,65
Vale do Paraíba	650,51	139,47	13.415,83
São Paulo	258,51	108,39	10.013,37
Brasil	319,76	82,32	6.485,63

⁶A Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo FIESP-SEADE contabiliza os anúncios de investimentos dirigidos ao Estado de São Paulo e divulgados pelas empresas nos órgãos de imprensa.

O resultado não poderia ser outro senão o baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Como se vê na tabela 2, enquanto o PIB da Microrregião de Bananal evoluiu 96,09% entre 1970 e 2000, nos âmbitos nacional, estadual e regional, a evolução fora de 319,76%, 258,51% e 650,51%, respectivamente. Em 2000, a renda *per capita* da Microrregião equivalia a pouco mais de 50% da renda *per capita* nacional e $\frac{1}{4}$ da Mesorregião do VPP. Por conseguinte, o percentual de domicílios com renda inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo elevou-se na última década, destacando em pior situação o município de Areias com 16,1%, como ilustram os dados da tabela 3.

Tabela 3: percentuais de domicílios da região do Vale do Paraíba com renda per capita até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo

Fonte: Adaptado de ONU (2011).

Municípios	2000	2010	População	Pop. abaixo de 1/4 SM (2010)
Areias	12,9	16,1	3.695	595
Natividade da Serra	9,4	14,9	6.680	995
Lavrinhas	3,9	14,8	6.585	975
Cunha	14,1	14,7	21.876	3.216
Redenção da Serra	10,7	13,8	3.874	535
São José do Barreiro	7,8	13,8	4.078	563
Silveiras	7,8	10,8	5.788	625
Queluz	12,3	10,4	11.289	1.174
Canas	5,4	9,6	4.378	420
São Luís do Paraitinga	5,3	9,0	10.397	936
Bananal	4,4	8,9	10.219	909
Igaratá	5,7	8,8	8.826	777
São Bento do Sapucaí	5,0	8,6	10.467	900
Paraibuna	6,5	8,4	17.385	1.460
Arapeí	5,4	8,4	2.494	209
Potim	8,7	8,1	19.340	1.567
Piquete	4,0	8,1	14.116	1.143
Lorena	5,3	8,0	82.498	6.600
Monteiro Lobato	11,2	7,9	4.116	325
Cachoeira Paulista	6,9	7,7	30.066	2.315
Cruzeiro	4,8	7,6	77.009	5.853
Lagoinha	8,4	7,5	4.842	363
Tremembé	4,9	7,0	40.928	2.865
Campos do Jordão	3,1	7,0	47.758	3.343
Santo Antonio do Pinhal	3,6	6,7	6.485	434
Pindamonhangaba	7,0	6,6	146.807	9.689
Jacareí	4,9	6,4	211.040	13.507
Roseira	4,9	6,4	9.590	614
Santa Branca	4,9	6,2	13.757	853
Caçapava	4,9	6,0	84.676	5.081
Guaratinguetá	3,7	6,0	112.004	6.720
São José dos Campos	5,1	5,4	629.106	33.972
Taubaté	4,4	5,3	278.379	14.754
Aparecida	4,9	5,1	35.006	1.785
Jambeiro	5,5	4,2	5.336	224

Como se vê na tabela 3, Bananal foi o município da Microrregião de Bananal cujo percentual de domicílios que compõem estrato de pobreza mais evoluiu entre 2000 e 2010,

passando de 4,4% para 8,9%. Acrescenta-se que três dos cinco municípios da Microrregião estão entre os 10 com os maiores percentuais de domicílios com renda *per capita* inferior a ¼ de salário mínimo, sendo que os outros dois estão entre aqueles que apresentaram os maiores percentuais de elevação dos domicílios nesta condição no período 2000-2010.

Outro fator que chama atenção é o crescimento populacional reduzido. Como se observa na tabela 4, no período 2000-2010, a população do Vale do Paraíba cresceu 13,76% e a Estado de São Paulo 11,44%, mas a da Microrregião de Bananal cresceu apenas 3,31%. Na faixa etária de 15 a 29 anos de idade, a taxa de crescimento populacional também é inferior às demais localidades, o que indica a possibilidade de migração de jovens para as demais regiões em busca de qualidade de empregos. Indiscutivelmente, o baixo crescimento econômico e a renda *per capita* reduzida ocasionaram um êxodo para outras localidades, resultando em uma retração no crescimento populacional.

Tabela 4 – Indicadores demográficos e emprego
Fonte: SEADE (2012).

Localidades	Crescimento populacional total 2000-2010	% da população com idade de 15 a 29 anos, em 2010	% de emprego em relação a PIA (15 a 64 anos) em 2010
MRBananal	3,31%	23,89%	23,68%
Vale do Paraíba	13,76%	26,04%	34,51%
São Paulo	11,44%	26,17%	44,18%

4 Patrimônio material e imaterial: forma de geração de trabalho e renda

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é o órgão responsável por “*Promover e coordenar o processo de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país*” (IPHAN, 2012). Nestes termos, a Constituição Federal estabelece:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

Com base nesta prerrogativa da carta magna, pode-se afirmar que os bens imóveis encontrados nos municípios da Microrregião de Bananal constituem um patrimônio com as características necessárias para serem tombados, a fim de que se atenda ao que está descrito

na missão do IPHAN, qual seja, contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país, logo, desta região. Destacam-se neste propósito, a Estação da Estrada de Ferro em Bananal, a qual fora importada integralmente da Bélgica e denota a Revolução Industrial no período de sua confecção; o Solar Vallim que pertenceu a um dos mais prósperos cafeicultores do Vale do Paraíba no século XIX, tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), em cujo interior se encontra uma das pinturas parietais de José Maria Villaronga (TIRELLO, 2000); e o Monumento projetado por Benedito Calixto, erigido no cemitério dos escravos em São José do Barreiro.



O Solar pertenceu durante pouco mais de 50 anos à família do Comendador Manoel de Aguiar Vallim, um dos mais prósperos cafeicultores do Vale do Paraíba no séc. XIX. A construção data de 1854 a 1860. Em 1909, entregue pela família ao Estado, foi instituído ali o Grupo Escolar Cel Nogueira Cobra.



Pintura parietal em painéis policromados que compõem o painel “O coro”, encontrada no interior do Solar Vallim, pintada pelo artista José Maria Villaronga.



Monumento projetado por Benedito Calixto erigido no cemitério dos escravos em São José do Barreiro.

Estação da Estrada de Ferro em Bananal, a qual fora importada integralmente da Bélgica e denota a Revolução Industrial no período de sua confecção.



Figura 2: ilustrações do patrimônio cultural da Microrregião de Bananal no VPP
Fotos: Wiliam Retamiro (2014).

Todavia, o conceito de patrimônio não pode se limitar aos aspectos tangíveis ou naturais. Características culturais, tais como costumes, estilos de viver e de pensar, entre outros, denotam um patrimônio específico e inerente a quaisquer ações exógenas de culturas consideradas como modernas. Nisto, denota-se então a importância do Patrimônio Imaterial, o qual segundo a UNESCO caracteriza-se como sendo:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (IPHAN, 2012).

Assim, o lançamento da *Carta de Defesa do patrimônio Cultural do Vale do Paraíba e Paraty* propõe aos municípios a confecção de um inventário de seu patrimônio cultural, com indicação dos patrimônios, dentre estes, os imateriais. Desta forma, incorporam-se no conjunto do patrimônio cultural, produtos desenvolvidos por intermédio de um conhecimento específico nas áreas de culinária, artesanato, festas populares, músicas, danças e até mesmo medicina popular, como a Farmácia Popular de Bananal, onde se encontram pós e compostos desenvolvidos com base no conhecimento medicinal popular da época do império.

Outro aspecto de cunho patrimonial da região é a culinária regional, a qual está baseada na gastronomia caipira do século XIX. Em tempos pregressos, quando o transporte da região portuária para o Vale do Paraíba era realizado por intermédio de carga animal, os tropeiros possuíam uma culinária singular, que se adequava ao modo de viver destes viajantes e que se mesclava à cultura gastronômica indígena que havia na região e à africana, oriunda dos escravos que viviam nas fazendas, resultando em rica miscigenação gastronômica (ARCCO, 2012). A utilização de ingredientes como inhame, feijão, frutas exóticas, carnes de porco, peixes, bambu, milho, mandioca, entre outros; associados aos doces de origem lusitana, de conhecimento do cidadão regional (caipira) e aos temperos africanos, denotam ser esta, uma culinária ímpar, passível de tombamento por expressar a cultura e a sabedoria popular no seu manuseio, transmitidas de geração a geração. Desta forma, é inexorável o reconhecimento da aplicação de conhecimentos gastronômicos, que caracterizaram a região.

Em síntese, a região abriga um rico patrimônio cultural material e imaterial, que se expressa por intermédio da arquitetura dos casarões das fazendas, igrejas e estações ferroviárias e dos recursos naturais que foram utilizados para desenvolver a medicina e a culinária regional, resultado de uma riquíssima miscigenação gastronômica que possibilita

vislumbrar os costumes e saberes dos povos indígena, africano e caipira, que constituíram a região. Verifica-se, porém, a tímida presença ou quase ausência do poder público em fomentar o desenvolvimento econômico local por meio do aproveitamento desse vasto patrimônio cultural⁷.

A situação socioeconômica vulnerável, em contraposição à existência de um patrimônio histórico de relevância torna a Microrregião de Bananal plausível para a implementação de políticas públicas dentro do contexto da ECOSOL, utilizando como base a exploração sustentável do patrimônio histórico e natural para a geração de trabalho e renda. Seguindo a premissa de que a sustentabilidade social consiste na consolidação dos processos que almejam a equidade na distribuição de bens e renda, a fim de proporcionar a melhora da qualidade de vida e redução das disparidades socioeconômicas (BARBIERI, 2009), verifica-se que políticas públicas que objetivem estimular a ação conjunta de ECOSOL e preservação do patrimônio cultural material e imaterial tenderão a gerar trabalho e renda, estimulando o desenvolvimento local e invertendo a tendência de elevação da pobreza.

5 Considerações finais

No exórdio deste trabalho, apresentou-se uma filosofia diferenciada ao modo de desenvolvimento econômico secular: a Economia Solidária, caracterizada pela forma alternativa de suprir as demandas sociais por intermédio da geração de trabalho e renda, cujo objetivo é a alocação e gestão dos recursos produtivos, com vistas a sua eficiência, possibilitando a redução das disparidades socioeconômicas. Em seguida, observou-se que as políticas desenvolvimentistas excluíram comunidades outrora prósperas. Os índices de desenvolvimento social demonstram a necessidade de ações de políticas públicas para minimizar os impactos negativos decorrentes da centralização industrial.

Como a região abriga um rico patrimônio cultural, faz-se necessária a adoção de uma tecnologia social que agrupe os moradores desta região e promova sua organização, com vistas à tomada de decisões de caráter coletivo. A implementação de políticas de cunho econômico solidário poderiam auxiliar na melhoria da qualidade de vida, visto que esta tenderia a engajar a população remanescente, cuja mão de obra está obsoleta para o contexto

⁷Tal fato é perceptível ao se analisar “*Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois*”, documentário do Ministério da Cultura que analisa as ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Da região do VPP, encontra-se somente o Grupo de Modelagem de Barro em Taubaté.

da economia moderna, mas apta para atender às especificidades necessárias para a promoção do patrimônio imaterial regional. O próprio rio que dá nome à região, ainda é algo a ser sustentavelmente explorado.

Desta forma, a possibilidade de se reduzir o êxodo regional e de elevar o crescimento econômico com vistas ao desenvolvimento humano, torna-se tangível. Capacitara pessoa para que ela agregue uma nova visão empreendedora e melhore sua autoestima, possibilitaria torna-la ícone fundamental em seu grupo social, para estimular uma nova visão econômica.

Referências

ANFAVEA. A indústria automobilística de 1950 a 2006. In: **Indústria automobilística brasileira – 50 anos.**

ARCCO - Associação Roteiros Caminhos da Corte. **Sabores e delícias da Culinária do Vale Histórico São José do Barreiro**, 2012. Disponível em: **Error! Hyperlink reference not valid.** Acesso em 07 de mai. 2015.

BARBIERI, J. C. e CAJAZEIRA J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da prática à teoria.** São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm Acesso em 22 de abr. 2015.

FIESP-SEADE. **Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo** . São Paulo: FIESP-SEADE, 2010.

GADOTTI, M.. **Historia das Idéias Pedagógicas.** São Paulo: Ática, 1993.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores econômico e demográfico.** Brasília: IBGE, 2011.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Imaterial.** 2012. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaIphan>. Acesso em 02 de abril de 2015.

_____. **Referencial Estratégico.** 2012. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15145&retorno=paginaIphan>. Acesso em 02 de abr. 2015.

LUZ, M. S.; MINARI, G.M.; SANTOS, I.C. **Aglomerções industriais no setor aeroespacial e automobilístico no Vale do Paraíba:** uma comparação de trajetórias de

formação. Journal of Aerospace Technology and Management. Vol. 2, n. 1, Jan-Apr. 2010. Pág.71-82. Disponível em <http://www.jatm.com.br/papers/vol2_n1/JATMv2n1_p7182_Aglomerações_industriais_no_setor_aeroespacial_e_automobilístico_no_Vale_do_Paraíba_Paulista.pdf> Acesso em 07 de abr. 2011.

PIRES, M.C. **Economia brasileira**: da colônia ao governo Lula. São Paulo: Saraiva, 2010.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas de desenvolvimento humano no Brasil**. Rio de Janeiro: PNUD/IPEA/FJP, 2000.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Relatório sobre os objetivos do milênio**. Nova York, 2011.

RICCI, F. **Indústria têxtil na periferia**: origens e desenvolvimento – o caso do Vale do Paraíba. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2006.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Perfil Municipal**. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>. Acesso em 16 abr. 2012.

_____. **Pesquisa de investimentos anunciados no Estado de São Paulo**. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/piesp/> Acesso em 16 abr. 2012.

SENAES/MTE. Atlas da Economia Solidária no Brasil. In: **FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**, 2007, Distrito Federal. DF: SIES, 2007. Disponível em: http://www.uel.br/projetos/intes/arquivosatlas/Atlas_Econ_Solid_Final_1. Acessado em 16 out. 2014.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, I.A., **A privatização da EMBRAER**: o que vimos e o que veremos. II Seminário de estudos: Poder Aeroespacial e Estudos Estratégicos. Disponível em https://www.unifa.aer.mil.br/seminario3_pgrad/trabalhos_2009/Iza%EDas%20dos%20Anjos%20Souza%20.pdf. Obtido em 25 de jun. 2015.

TIRELLO, R.A. As pinturas parietais de José Maria Villaronga no Sobrado Vallim, Bananal (primeira parte). **Sinopses**, São Paulo, FAU/USP, n. 34, p. 84-103, dez. 2000.

VIEIRA, E.T. **Industrialização e Políticas de Desenvolvimento Regional: o Vale do Paraíba paulista na segunda metade do século XX**. Tese de Doutorado em História Econômica. USP, 2009.